

Grupo de WhatsApp faz venda ilegal de remédios na USP

Comunidade oferece de drogas tarja preta a atestados falsos. JC conversou com médico que teve dados fraudados.



BÁRBARA BIGAS [FOTO]

USP90

Descanse em paz – na USP

Cinzas de membros e funcionários são enterradas e espalhadas pelos campi p.14

CULTURA

A festa que proibiu as festas

Osama Bin Reggae, a origem do fim das festas na USP p.13

EM PAUTA

Armazenamento de dados é cortado

Mudanças do Google geram preocupações na comunidade USP p.5

UNIVERSIDADE

Terceirizadas da USP são alvo de processo

Universidade e empresas contratadas acumulam denúncias de funcionários p.8

ESPORTE

Uspianas ganham espaço em esportes 'para homens'

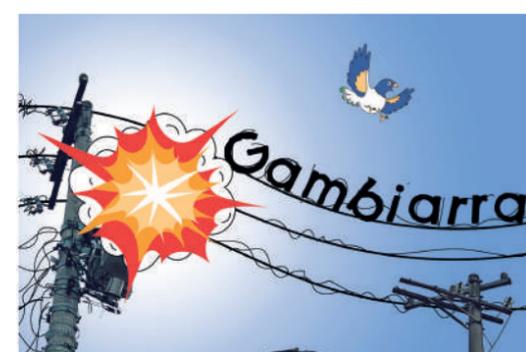
Apesar disso, atletas encontram dificuldades em modalidades consideradas masculinas p.15

ENTREVISTA: TIAGO MURAKAMI

"Passei a buscar a sobrevida"

Bibliotecário fala sobre tratamento contra o câncer p.3

Nesta edição: suplemento **claro!**



Os novos problemas de sempre

EDITORIAL

Melhor da América Latina?

O ranking QS World, divulgado em 5 de junho, mostrou que a Universidade de São Paulo (USP) caiu de posição e não é mais considerada a melhor da América Latina, ficando atrás da Universidade de Buenos Aires (UBA). Reputação, qualidade do ensino, produção acadêmica, orientação internacional, impacto de egressos e sustentabilidade são alguns dos critérios da avaliação. Apesar de ter perdido a liderança regional, a USP segue na 92ª posição geral entre as 1.503 instituições classificadas.

Como melhor da América Latina por seis anos desde 2013, a USP parece ainda ter muito a avançar para fazer jus ao título que ostenta. Ocupar a primeira posição é uma ótima vitrine aos que estão de fora. Aos que a vivenciam, resta a realidade bem menos glamurosa.

Nesta edição, o *Jornal do Campus* (JC) evidencia alguns problemas enfrentados pela Universidade e sua comunidade. Alguns cursos, como História, Geologia e Turismo, estão impedidos de realizar trabalhos de campo pela burocracia da reitoria e das unidades para liberar recursos financeiros.

Na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), algumas habilitações de Línguas seguem sofrendo com carência de professores especialistas. Além disso, empresas terceirizadas que prestam serviços à Universidade acumulam processos trabalhistas na Justiça, e a USP parece se abster da responsabilidade com seus contratados.

A própria produção deste jornal mostra também o colapso no processo de compras públicas da Universidade após nova Lei Federal nº 14.133/2021, e o despreparo do setor técnico-administrativo com a mudança. Desde o início deste ano, nenhuma nova edição pôde circular pelos *campi*. Devido ao processo burocrático de contratação da gráfica, os jornais que estavam prontos desde abril foram prejudicados com o atraso das impressões.

Apesar de não sabermos quando este jornal estará em suas mãos, esperamos que as reportagens sirvam como objeto de reflexão sobre a posição e o papel da USP nos rankings, mas sobretudo na sociedade e na vida das pessoas diretamente afetadas por ela. Para além da festividade quando ocupa o topo da lista, é importante que a Universidade discuta de forma transparente sobre a queda. O olhar crítico acerca dos pontos deficitários é ainda mais necessário do que a divulgação de sua excelência.

Foi com familiaridade que li a reportagem principal da última edição do JC, sobre o despejo dos alunos do alojamento provisório do Cepe. Afinal, há 13 anos vivi exatamente a situação retratada no texto: era um calouro tendo que deixar o alojamento provisório sem ter conseguido uma vaga permanente no Crusp.

À época, depois de cerca de 2 meses dividindo quarto com outros 8 colegas no térreo do bloco C do Crusp, tive que deixar esse alojamento e passei a receber o auxílio "integral" de R\$ 300. Foi o suficiente para que, com a gratuidade no bandeirão, a ajuda da família e mais tarde uma bolsa de iniciação científica, eu pudesse me manter em São Paulo e prosseguir no curso de jornalismo. Mas, vi vários dos colegas abandonarem a USP ou tentarem se instalar de forma ainda mais precária "de favor" em outros apartamentos do Crusp.

É sempre um choque constatar que de 2011 para cá, pouco ou nada mudou. Com fotos e personagens atualizados, as turmas do JC podem realizar todo ano praticamente a mesma reportagem. A pauta está garantida.

É justamente aí que reside o valor e o desafio dessa cobertura. Como retratar uma questão crônica trazendo novas luzes para o tema, mas sem subdimensionar a resiliência do problema?

Os caminhos são oferecer um retrato detalhado da atualidade e um contexto rico da evolução do problema. A reportagem foi muito bem na primeira tarefa, mas poderia ter ido melhor na segunda.

Uma busca rápida revela que o JC publicou reportagens sobre esse tema em 2010, 2015, 2019, 2020... Cada ano com suas particularidades, mas sempre destacando os mesmos obstáculos. Levantar esse histórico e trazer mais informações de contexto seria um grande serviço para a Universidade. Infográficos com destaques para números sobre a moradia estudantil – provisória e permanente –, com a evolução do orçamento ou até uma galeria de imagens e vídeos com acesso via QR code das instalações ajudariam o leitor a ter uma dimensão mais real da questão.

Infelizmente, não faltarão oportunidades de aplicar essas ideias a outras pautas perenes da Universidade.

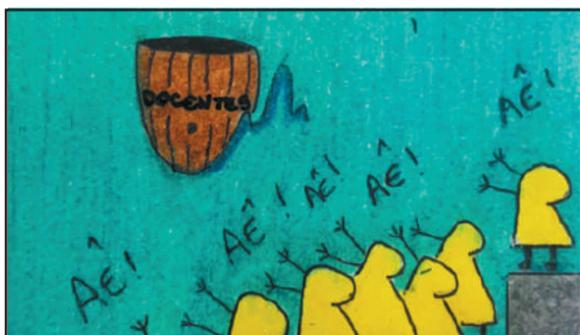
A ótima proposta de conduzir a edição pelo tema da permanência estudantil já apresenta vários candidatos a serem revisitados: os obstáculos estruturais na pós-graduação, o assédio moral, a política de estágios, a morosidade burocrática, a situação da Creche Oeste...

Resta ao JC ficar em cima para que casos como a falta de transparência revelada sobre os dados de evasão se tornem exemplos de retrocessos revertidos pelo bom jornalismo e não só mais um item na lista do parágrafo anterior.

* Mateus Netzel, jornalista formado pela USP, é diretor-executivo do jornal digital *Poder360*

CHARGES

CAIO ANDRADE



SIGA E PARTICIPE!



/jornaldocampus

JORNAL DO
CAMPUS

Universidade de São Paulo – Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior. **Vice-Reitora**: Maria Arminda do Nascimento Arruda. **Escola de Comunicações e Artes** – Diretora: Brasilina Passarelli. **Vice-Diretor**: Eduardo Monteiro. **Departamento de Jornalismo e Editoração** – Chefe: Luciano Guimarães. **Chefe Suplente**: Wagner Souza e Silva. **Jornal do Campus** – **Professores responsáveis**: Rodrigo Ratier, Luciano Guimarães e Wagner Souza e Silva. **Redação** – **Secretárias de Redação**: Beatriz Pecinato, Luana Takahashi. **Editoria de Arte** – **Editoras**: Carolina Sena, Ester de Brito. **Arte**: Alessandra Ueno, Bárbara Bigas, Gustavo R. da Silva, Ingrid Gonzaga, Júlia Ayumi Takeashi, Júlia Estanislau, Luana Takahashi, Mariana Rossi, Nicolas Vaz Coelho, Raquel Tiemi. **Editoria de Fotografia** – **Editoras**: Júlia Galvão, Bárbara Bigas. **Fotógrafos**: Billie C. Fernandes, Júlia Estanislau, Júlia Moreira, Luana Takahashi, Maria Fernanda Barros, Mariana Rossi, Nicolas Vaz Coelho, Raquel Tiemi, Suelyton Viana, Túlio Gonzaga. **Editoria Online e Redes Sociais** – **Editoras**: Beatriz Pecinato, Júlia Galvão, Luana Takahashi. **Opinião/Diálogos** – **Editoras**: Camila Sales Machado, Júlia Estanislau. **Repórteres**: Bárbara Bigas, Caio Andrade, Nicolas Vaz Coelho. **Universidade** – **Editores**: Camilly Rosaboni, Gustavo R. da Silva. **Repórteres**: Billie C. Fernandes, Camila Sales Machado, Camilly Rosaboni, Carolina Sena, Ester de Brito, Gustavo R. da Silva, João Pedro Abdo, Júlia Ayumi Takeashi, Mariana Rossi, Nicolas Vaz Coelho, Raquel Tiemi, Suelyton Viana Raquel Tiemi. **Em Pauta** – **Editores**: Ingrid Gonzaga e Mariana Rossi. **Repórteres**: Alessandra Ueno, Billie C. Fernandes, Cecília O. Freitas, Túlio Gongaga. **Cultura** – **Editor**: Suelyton Viana. **Repórteres**: Beatriz Pecinato, Júlia Estanislau, Júlia Galvão, Maria Fernanda Barros. **Esporte** – **Editora**: Alessandra Ueno. **Repórteres**: Gustavo R. da Silva, Ingrid Gonzaga. **Ciência** – **Editor**: Túlio Gonzaga. **USP 90 Anos** – **Editor**: João Abdo. **Repórteres**: Ingrid Gonzaga, Júlia Estanislau, Mariana Rossi. **Endereço**: Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 433, prédio 2, sala 19, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508-020. Telefone: (11) 3091-4211. **Impressão**: DNA Gráfica Digital. O *Jornal do Campus* é produzido pelos alunos do 5º semestre do curso de Jornalismo Noturno, como parte das disciplinas Laboratório de Jornalismo: *Jornal do Campus* e Laboratório de Fotojornalismo.

‘Depois do diagnóstico, o dia nunca mais passa naturalmente’

Funcionário da ECA, Tiago Murakami é um dos servidores da USP vivendo com câncer. A seguir, sua história por ele mesmo

BÁRBARA BIGAS, CAIO ANDRADE E
NICOLAS VAZ COELHO [REPORTAGEM]

Comecei a me sentir mal no dia 24 de dezembro de 2022. Fui ao pronto socorro e identificaram que meu intestino estava obstruído. Era Natal, não tinha médicos. Então eu voltei pra casa. Retornei no dia 26, porque não estava aguentando a dor. Naquele dia, descobri que estava com câncer no intestino, já no estágio dois. Felizmente, ainda não tinha se espalhado, mas precisei fazer uma cirurgia em que retiraram parte do intestino e colocaram uma bolsa de colostomia.

O câncer foi curado e não acharam outros focos, mas mesmo assim me indicaram quimioterapia preventiva. Quando estava me preparando para a cirurgia de reversão da bolsa de colostomia que me permitiria voltar ao trabalho, descobri, em um exame, uma metástase no fígado. É importante dizer que esse tipo de câncer não tem cura. Em mim, ele está em vários pontos, o que é um problema, porque se estivesse em um só, poderia ser retirado por meio de uma cirurgia.

Então, comecei a fazer uma quimioterapia bem intensa. Com os remédios, desenvolvi neuropatia, condição que me fez perder um pouco da sensibilidade dos dedos. Eu tomo quatro tipos de medicamentos e dependendo de qual eu tomo, perco o paladar ou sinto choque nos dedos. Antes de contar o restante, gostaria de deixar registrada a minha história.

Ser bibliotecário foi uma das minhas vantagens nesse período. Quando descobri que tinha câncer, fui procurar entender o que era a doença e ter claro qual era o tratamento. De certa forma, isso acalma. Mas o inverso é verdadeiro. Eu não fico procurando curas, deixo tudo na mão do meu médico, que é graduado pela USP. Eu confio muito nas pessoas que são formadas aqui e tive bastante auxílio do pessoal que trabalha comigo. Mas a gente não tem um apoio institucional.

Infelizmente, o câncer não regrediu, mas também não cresceu. Pelo fato de ser uma doença muito agressiva, conseguir controlar é um ganho.

Ser um paciente oncológico é como um dominó, uma coisa

dificulta a outra. Quando eu tive um período de pausa entre as quimioterapias, consegui fazer a cirurgia de reversão da colostomia. Passei um mês no hospital.

Você fica o tempo todo procurando curar o problema, mas aparecem outros. Eu brinco dizendo que faço hora extra no mundo. Em breve, voltarei a fazer quimioterapia, mas, tecnicamente, minha condição será tratada como uma doença crônica. Se a metástase se espalhar demais, vamos tentar radioterapia ou uma cirurgia de transplante.

Enquanto o câncer maior não estourar, eu vou conseguir voltar a trabalhar e a retomar a minha vida. A USP é divertida, na biblioteca se tem uma convivência com os alunos, nem sempre é fácil, mas é uma vida. É como respirar e, no final das contas, vai me ajudar no tratamento.

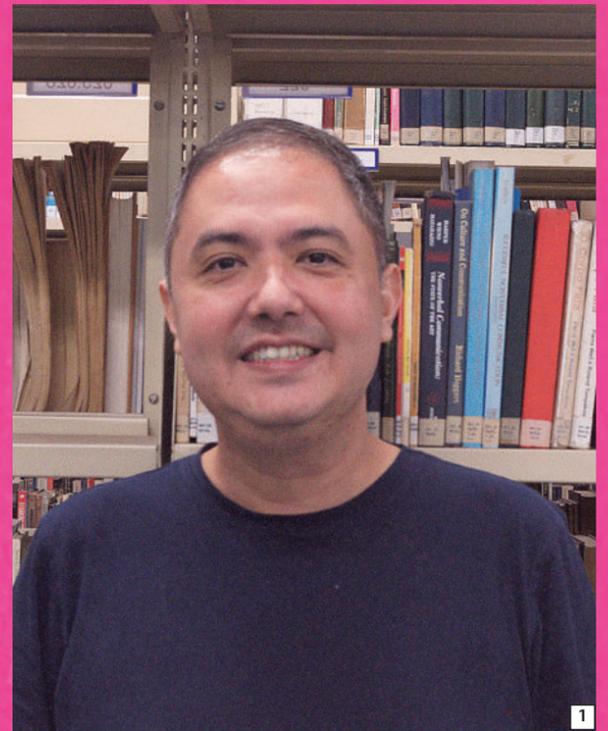
Estou afastado desde dezembro de 2022. Se eu voltar ao trabalho, consigo ajudar a biblioteca. Eu fui o último funcionário que entrou por concurso. Comecei em 2013, são 10 anos sem contratar ninguém. Estamos perdendo funcionários. A biblioteca teve que diminuir seu horário de funcionamento e, comigo estando fora, precarizou ainda mais o atendimento. Voltar, pra mim, vai ser muito bom. Ter contato com os alunos é uma das coisas que me traz vida na Universidade.

Não é um papinho de auto-ajuda, mas depois do diagnóstico, a vida muda. É um baque. Você pensa: “Se eu morrer amanhã, o que vai acontecer?”. Não entenda mal, mas quem vai, foi. O problema é quem fica. Eu tenho um filho de 20 anos, e se tem algo que gostaria é de ter a oportunidade de participar da formatura dele. Eu continuo tendo planos para o futuro: voltar para a ECA e correr atrás das coisas que eu perdi nesses tempos longe da biblioteca.

E a minha consciência de que vivi bastante coisa e aproveitei a trajetória até aqui me comoveu. Acredito que a parte mais difícil de ter ficado no hospital foi ter presenciado o tratamento de câncer infantil. Era duro olhar para as crianças e vê-las na mesma situação que eu. Quando se tem uma doença, de certa forma, nós temos uma chance só.

“**Existe a ideia de que vamos viver muito e não valorizamos cada momento. Hoje eu não tenho medo e busco viver no conforto, assim como estou agora, um dia após o outro**”

Tiago Murakami, bibliotecário da ECA



Meu nome é Tiago Murakami, tenho 43 anos e a minha trajetória na USP começou em 2001, quando ingressei no curso de Biblioteconomia na Escola de Comunicações e Artes (ECA). Aqui, fui aluno até 2006, quando me formei. Depois, trabalhei na prefeitura de São Bernardo do Campo e retornei à USP em 2013, quando fui aprovado em um concurso público. Fui funcionário do SIB, o Sistema de Bibliotecas da Universidade, e também chefe de catalogação, mas voltei à ECA tempos depois.

A Universidade me deu uma perspectiva que eu não teria se não estivesse nela. Tive oportunidade de viajar para os Estados Unidos, para a Coreia do Sul, tudo isso com bolsas e em eventos universitários. Agora, começo a olhar para a frente e entender quais oportunidades eu terei no futuro. Eu paro e penso: “Preciso mudar a forma como encaro a vida”. Tudo que eu pensava para o futuro deu uma pausa e, acima de tudo, passei a buscar a sobrevivência.

Durante meu período de afastamento em decorrência do câncer, fiquei em casa, mas não isolado. Criei um canal no YouTube, pois entendo bastante de tecnologia em bibliotecas, as pessoas me procuram por causa disso. O canal é uma forma de depositar conhecimento, de registrar tudo que eu sei. São principalmente tutoriais de tecnologia em bibliotecas, coisas que normalmente um estudante de biblioteconomia tem dificuldade. É basicamente deixar pegadas no mundo, porque eu não sei se vou estar aqui daqui a pouco.



Escaneie o QR Code e confira o canal de Tiago Murakami

▶ USPÍLULAS

Grupo usa nome USP para vender remédios controlados sem receita

Comunidade no WhatsApp oferece de drogas tarja preta a atestados falsos; JC conversou com médico que teve dados fraudados

DA REDAÇÃO [REPORTAGEM]

“Gente, alguém sabe de algo para ajudar a focar?”. A dúvida enviada por um integrante de um espaço de venda de remédios por WhatsApp é apenas uma das diversas perguntas que são feitas no grupo nomeado como “Medicamentos Controlados na USP”.

No serviço de mensageria, é realizada a promoção da venda de uma série de remédios que precisam de receita médica para serem comercializados, com base na Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. A desconformidade com essa norma pode configurar os crimes previstos na Lei nº 11.343, de agosto de 2006, a “Lei de drogas”.

Na descrição do grupo, é destacado que as pessoas que desejam conferir a tabela com o preço dos medicamentos, que costumam custar o dobro do preço de mercado, devem pedir acesso ao administrador. Entregas presenciais são feitas na Cidade Universitária, no Quadrilátero da Saúde ou na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Para outras localidades, os envios são feitos por aplicativo ou pelos Correios. Além dos medicamentos, o grupo também promove a venda de atestados médicos, cigarros eletrônicos, receitas em branco e anabolizantes – hormônios com prescrição médica proibida pelo Conselho Federal de Medicina.

Quando questionado por uma integrante do grupo sobre a venda de MDMA, substância psicotrópica utilizada como droga recreativa, o administrador do grupo, que se apresenta apenas com o nome “Controlados”, relatou que a substância estaria disponível “em breve”.

A reportagem do *Jornal do Campus (JC)* teve acesso a um atestado comprado no grupo ao custo de R\$ 100. O documento é supostamente assinado pelo endocrinologista Ramon Marcelino, médico pós-graduando em Endocrinologia e Metabolologia pela Faculdade de Medicina da USP. A clínica indicada no atestado é a Mar Saúde, Nutrição e Endocrinologia – consul-

tório médico localizado na baixada santista.

Ao entrar em contato com a clínica, o JC apurou que o médico nunca possuiu vínculo trabalhista com o local. Ao conversar com Marcelino, que faz parte do corpo clínico do Hospital Sírio-Libanês, do Hospital das Clínicas e atende em uma clínica própria, a reportagem descobriu que ele não possuía conhecimento sobre o uso do seu nome nos atestados. “Esses casos têm sido recentes. Eu tenho alguns amigos que já passaram por isso”, relata Ramon, indicando que faria um Boletim de Ocorrência sobre a falsificação.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo informa que esse é o procedimento indicado para casos dessa natureza. Após a denúncia, é iniciado o processo de investigação pela Polícia Civil.

PROCURA

A busca pelo grupo acontece, na maioria dos casos, pela necessidade de compra dos medicamentos sem receituário médico. Bruno (*nome fictício, como os demais deste texto*), estudante universitário que já recorreu a grupos similares para a compra de medicações, relata que encontra dificuldade em marcar consultas psiquiátricas por meio do sistema público de saúde por conta da longa lista de espera.

O preço dos atendimentos privados também é uma justificativa. “O valor da consulta médica em conjunto com os remédios adquiridos costumam ultrapassar o valor dos medicamentos em grupos de venda”, diz.

O Hospital Universitário (HU), hospital-escola voltado para a comunidade USP, oferece o serviço psiquiátrico como especialidade. A lista de espera para o atendimento, no entanto, também é longa. Helena, estudante que depende do HU para consultas psiquiátricas, relata que já passou cerca de 2 meses sem conseguir uma data para o atendimento. “Infelizmente, quem pede consulta não consegue saber quantas pessoas estão na fila”.

O JC simulou a solicitação de consultas no setor de psiquiatria do HU entre os dias 10/06 e 20/06,

	GRUPO ILEGAL	PREÇO DE MERCADO
Rivotril 2mg	R\$ 75,00	R\$ 32,62
Ritalina 10mg	R\$ 120,00	R\$ 49,68
Venvanse 50mg	R\$ 685,00	R\$ 528,65
Frontal 1mg	R\$ 200,00	R\$ 109,99
Stilnox 10mg	R\$ 180,00	R\$ 78,94
Durateston	R\$ 75,00	R\$ 47,99
Canabidiol 200mg (Prati)	R\$ 2.500,00	R\$ 2.330,24



data de fechamento da reportagem, mas não obteve sucesso nas tentativas.

Ao *Jornal*, a assessoria da USP declarou que, em outubro do ano passado, a Universidade tomou conhecimento pelo portal UOL de uma página no Instagram chamada de “Tarja Preta” – que foi desativada após a publicação de uma reportagem –, mas que não tinha conhecimento sobre o grupo de WhatsApp.

“A questão da saúde mental tem sido uma preocupação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, que tem desenvolvido uma série de ações voltadas a este tema. Uma delas é a criação do programa Escuta, Cuidado e Orientação em Saúde Mental”, declara.

ASPECTOS MÉDICOS

Alexandre Loch, médico e psiquiatra pela USP, comenta que a busca por estes medicamentos pode ocorrer por outros motivos, como o uso abusivo. “Há casos do paciente solicitar o aumento da dosagem e ter a receita restringida pelo médico”.

De acordo com Alexandre, frequentemente há o atendimento de estudantes que querem melhorar seu desempenho acadêmico ou concentração por meio de alguma medicação, evi-

dência da influência do ambiente universitário na demanda pelos fármacos. Entretanto, sem haver qualquer diagnóstico, os efeitos colaterais podem ser danosos. “A maioria das pessoas que usam Ritalina para concentração, sem terem TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade), ficam ansiosas ou têm crises de pânico, por exemplo.”

Alexandre sugere medidas para reverter esse quadro no ambiente universitário. “É preciso passar nas salas de aula reforçando os pontos e serviços de acolhimento para que as pessoas busquem e sejam ajudadas.”

ASPECTOS LEGAIS

A venda clandestina de remédios também apresenta consequências jurídicas. Com relação à parte criminal, neste caso, a USP não tem nenhum tipo de responsabilidade. “Estamos falando de uma pessoa jurídica, que só tem responsabilidade em casos de crime ambiental, mas não nos de saúde pública”, diz Daniel Pacheco Pontes, professor da Faculdade de Direito da USP de Ribeirão Preto.

No âmbito da discussão jurídica, de acordo com Daniel, existem várias correntes que entendem que não há diferença na penalização da venda dos medicamentos que exigem receita e das drogas ilícitas. A venda de remédio sem receita é passível de pena de 10 a 15 anos, conforme o Código Penal. Já o tráfico de drogas ilícitas, como maconha e cocaína, tem pena de 5 a 10 anos, prevista na Lei de Drogas.

Os organizadores do grupo ainda podem ser indiciados por outros crimes. Nos casos em que há receita médica falsa, tem-se um crime de falsidade documental, com pena que varia de cinco a seis anos, se emitido por hospitais. Caso o documento seja emitido por um médico, há mais uma ocorrência: a falsidade ideológica, com pena de até cinco anos.

Para preservar a integridade e o anonimato dos entrevistados, os nomes foram alterados. Pela mesma razão, a reportagem não inclui os nomes dos repórteres.

▶ ARMAZENAMENTO DIGITAL

Para onde vão os dados da USP depois do corte?

Corte do espaço ilimitado do e-mail institucional gera incertezas e preocupações na comunidade

CECÍLIA DE O. FREITAS E
TULIO GONZAGA [REPORTAGEM]

Na primeira quinzena de maio, a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) anunciou à comunidade da Universidade de São Paulo (USP) a interrupção do armazenamento ilimitado das contas Google – que abrange os arquivos do Drive, Gmail e Fotos – vinculadas ao e-mail institucional USP, a partir do dia 18 daquele mês.

A descontinuidade do serviço implica no limite de 20 gigabytes de armazenamento na conta associada ao e-mail USP para alunos, alumni (ex-alunos) e servidores técnico-administrativos; de 100 gigabytes para docentes aposentados e contas institucionais; e 1 terabyte para docentes ativos. As contas institucionais são assim categorizadas por serem usadas por grupos ou caixas postais.

As contas que ultrapassarem o volume estipulado estarão impedidas de criar e atualizar arquivos. Além disso, o serviço de Drives Compartilhados será interrompido, o que acarreta na remoção de todos os arquivos contidos nestes espaços.

Os comunicados informam ainda que o Google decidiu pela interrupção do serviço prestado gratuitamente à USP. O armazenamento – bem como o processamento e transferência – de dados foi oferecido pela corporação no Termo de Cooperação Técnica, assinado em novembro de 2016 por Vahan Agopyan, então vice-reitor na gestão Marco Antonio Zago.

Com duração de 60 meses, o termo foi renovado em dezem-

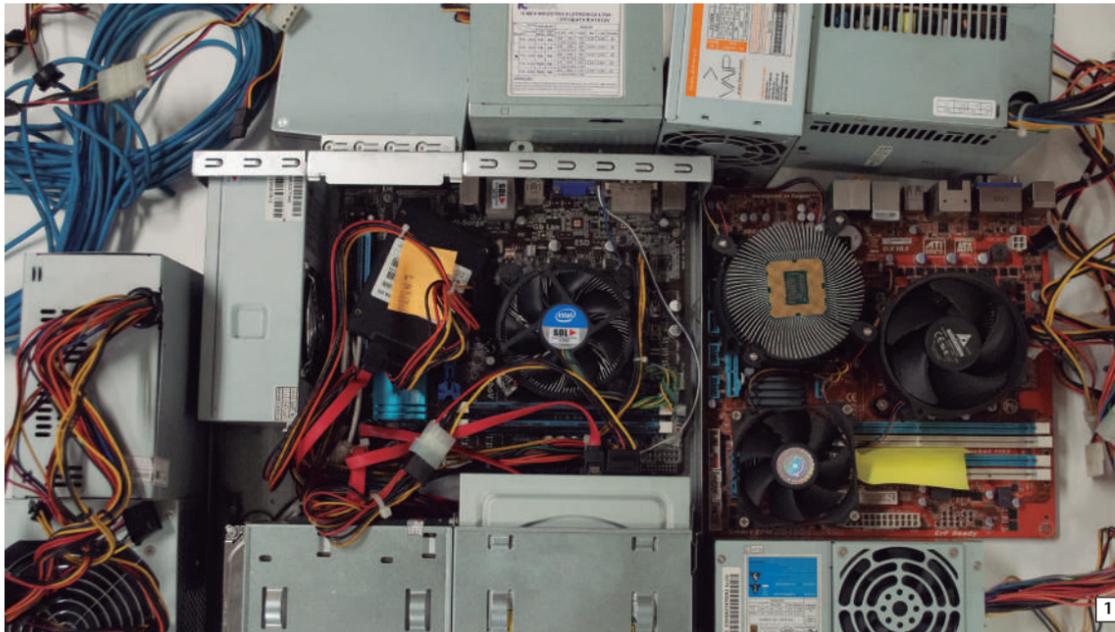
bro de 2021. Embora o comunicado não informe a duração do novo acordo, o contrato entre as partes permitia a rescisão do termo a qualquer momento, mediante aviso prévio de pelo menos 30 dias.

Além da renovação, a STI comunicou, por meio de ofício na época, que o serviço de armazenamento ilimitado seria vigente somente até dezembro de 2023. A Superintendência ainda salientou que, a partir de 2024, a USP forneceria volume adicional com recursos próprios.

FUTURO DOS DADOS Um novo serviço de armazenamento de dados para atender às demandas acadêmicas da Universidade foi contratado, de acordo com a STI. O contrato firmado com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) “tem como principal pressuposto a independência da USP para o gerenciamento de seus dados”, informa o e-mail da superintendência.

As contas de alunos e ex-alunos que permanecerem acima do limite terão seus arquivos em excesso removidos. Por outro lado, a STI diz que somente o volume de dados excedente em contas institucionais – que antes estava armazenado em servidores do Google fora do Brasil – migrará para o “Google Cloud Platform”, serviço de armazenamento em nuvem contratado pela Prodesp, mediante indicação dos docentes das pastas e arquivos que deverão ser realocados.

Caso haja demanda acadêmica superior ao volume definido pelo Google, as unidades devem



O termo de cooperação levou a um atrofiamento da capacidade da USP de gerir seus próprios dados

Ewout ter Haar, professor do Instituto de Física (IF)

enviar uma solicitação ao órgão da USP, conforme o Ofício 0062/2023, encaminhado aos respectivos dirigentes em abril de 2023. Questionada pelo **Jornal do Campus** sobre as manifestações, a STI comunicou que as solicitações das unidades ainda estão em processo de compilação, organização e classificação.

A Superintendência diz que atuará dentro de suas atribuições: “Podemos adiantar que todas as solicitações acadêmicas e administrativas, desde que tenham as devidas justificativas, serão atendidas”. Análises individuais também podem ser solicitadas ao serviço de atendimento da STI.

DEPENDÊNCIA

De acordo com o professor Ewout ter Haar, do Instituto de Física (IF), o termo de cooperação criou uma dependência entre a Universidade e o Google. “Como várias pessoas avisaram na época, o termo de cooperação levou a um atrofiamento da capacidade da USP de gerir seus próprios dados de pesquisa e a perda de controle sobre seus sistemas de e-mail e outros serviços de comunicação”, explicou.

Essa não é uma experiência isolada. Pesquisadores já apontam uma tendência ao chamado “colonialismo digital”: quando países e empresas privadas em posição de liderança digital estabelecem relações de subordinação sobre países periféricos, pouco inseridos ou emergentes no desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação.

No caso da USP, a supressão do sistema de armazenamento

de dados, informação e comunicação anterior ao termo de cooperação com o Google foi alvo de questionamentos e críticas voltadas à falta de transparência e instabilidade de segurança por entidades como a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp). Em 2020, a associação entrou com um pedido de acesso à informação para a Reitoria da USP, contendo 42 perguntas relacionadas ao fluxo, captação e armazenamento de dados pessoais dos estudantes, docentes, pesquisadores e funcionários da Universidade. Em seu site oficial, a entidade afirma que nunca obteve resposta.

Os especialistas defendem a criação de estratégias para garantir o controle e independência dos serviços de comunicação e informação da Universidade, além da proteção dos dados acadêmicos. “Instituições como a USP não podem deixar atrofiar sua capacidade técnica e organizacional de manter sua própria infraestrutura sobre a qual docentes vão desenhar suas experiências educacionais. O uso de plataformas de terceiros deve ser analisado estrategicamente e com uma visão técnico-política de longo prazo”, afirma Ewout ter Haar.

O docente sugere que a Universidade recomponha sua capacidade técnica de manter, gerir e desenvolver sua infraestrutura computacional para oferecer as ferramentas necessárias de ensino, pesquisa e extensão à comunidade USP, de forma independente de qualquer provedor de serviços em particular.



LETRAS FALTANDO

Com quantas línguas se faz a FFLCH?

Departamento de Letras Orientais se vê, mais uma vez, em crise pela falta de docentes

ALESSANDRA UENO E BILLIE C. FERNANDES
[REPORTAGEM]

Dona de um dos maiores contingentes de alunos da Universidade de São Paulo (USP), a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) tem, apenas na graduação em Letras, 4.860 alunos ativos, segundo o Portal de Dados da faculdade.

Os números representam uma parcela importante da comunidade uspiana – que possui cerca de 60 mil graduandos conforme o Anuário Estatístico da USP de 2023. Mas o sucateamento do curso, estopim para uma greve de estudantes da USP em 2023, segue presente.

Na época, a questão central era a falta crônica de professores nas habilitações em Coreano e Japonês. Agora, poucos meses depois, a história se repete novamente no Departamento de Letras Orientais (DLO). A situação mais grave é em Chinês, mas alunos e docentes também relatam ao *Jornal do Campus* escassez em Hebraico e nas duas áreas que não foram completamente atendidas após a greve.

EM CRISE Os estudos dos idiomas do DLO são os que sofrem maior impacto com a falta de docentes quando comparados aos dos outros mais conhecidos, como o Inglês, Espanhol, Italiano, Alemão e Francês, abrigados no Departamento de Letras Modernas.

No caso da habilitação em Chinês, a coordenadora Ho Yeh Chia conta que atualmente há quatro docentes, mas o ideal seria contar com mais dois fluentes para conseguir fornecer aulas optativas, não apenas obrigatórias.

Segundo ela, não houve nenhuma mudança após a greve. Foram contratados professores apenas para as habilitações em Coreano e Japonês. O Chinês não recebeu nenhum professor.

A falta de docentes causa sobrecarga nos atuais profissionais e impacta na qualidade do ensino. Ainda neste mês, um grupo de estudantes resolveu abordar publicamente os problemas da habilitação por meio de mensagens na comunidade da Letras do WhatsApp. Mais tarde, escreveram uma carta-denúncia junto à Comissão Discente do Departamento ao diretor da FFLCH, Paulo Martins.

Na carta, eles afirmam que o número de professores caiu 34% em um ano, restando apenas os atuais docentes, e que a maior parte deles não possui



Reginaldo Gomes, professor da habilitação em Hebraico do curso de Letras da FFLCH

qualificação e conhecimento em questões básicas de gramática e cultura. Para agravar a situação, logo após a publicação da carta, Antônio Menezes Jr. – um dos professores titulares do curso e chefe do DLO – decidiu renunciar ao cargo executivo e, ao que indica, também se ausentar da área de Chinês.

“É impossível atender a esses pedidos de melhora da qualidade de ensino e maior oferecimento de disciplinas com a situação do quadro docente em que nos encontramos hoje. Na realidade, mesmo com o baixo número de vagas disponíveis atualmente, tem sido um desafio oferecer aulas de qualidade desde o primeiro até o último ano”, comenta Chia. A coordenadora diz que não há planos de encerrar a habilitação.

OUTROS IDIOMAS Situações como a do Chinês podem ser encontradas em outras habilitações também. No caso do Japonês, são necessários nove professores para que todas as obrigatórias sejam dadas sem sobrecarga, informou a professora Eliza Atsuko Tashiro Perez, coordenadora da habilitação.

Com a greve, o Japonês teve o remanejamento de uma vaga de outro departamento da FFLCH e uma distribuída à área por meio do adiantamento de vagas pela reitoria à Faculdade. Mas, ainda assim, a habilitação conta com somente cinco professores.

Um exemplo do impacto dessa questão foi a necessidade de não oferecer uma discipli-

Posso falar pela minha área: as carências são enormes

Ho Yeh Chia, coordenadora da habilitação em Chinês da FFLCH

Gomes é fluente em aramaico – semelhante ao hebraico – e o único professor dessa língua na faculdade

na obrigatória, a de Literatura Japonesa II. “Deixo claro que o cancelamento de disciplinas obrigatórias não é prática comum da Habilitação de Japonês. Foi uma medida extrema”, ressalta Perez – que acrescenta que, assim como no Chinês, é inimaginável encerrar o estudo de Japonês na USP.

O coordenador da habilitação em Hebraico, Gabriel Steinberg, aponta que com os cinco professores atuais é possível manter a área, mas seis seria o número ideal para oferecer todas as optativas. No caso do Árabe, cujo coordenador é o professor Michel Sleiman, os sete docentes de hoje conseguem dar conta, porém, a maioria se aposenta em menos de quatro anos.

PERSPECTIVA “Posso falar pela minha área: as carências são enormes”, diz Chia. O repasse de verbas pela diretoria da FFLCH aos departamentos é feito conforme o tamanho, o que leva

em conta também a quantidade de docentes.

“Mesmo pequeno, o DLO é muito ativo e atuante e abre a maior parte de seus cursos e disciplinas para toda a comunidade USP. Isso atrai centenas de alunos interessados em conhecer um pouco sobre as culturas milenares deste Departamento”, explica Steinberg.

Grande parte das questões sobre a falta de docentes gira em torno de dois mecanismos: o “gatilho automático” e o “edital de mérito”. Na greve de 2023, foi exigido a volta da contratação imediata assim que um docente se aposenta, morre ou é exonerado – que é o “gatilho automático” – e o fim da subordinação da contratação de professores à aprovação de projetos apresentados e distribuição de vagas entre as unidades – chamado de “edital de mérito”. Nenhuma dessas propostas vingou.

Por mais que o Departamento de Letras Modernas (DLM) esteja numa situação mais tranquila que o de Letras Orientais – com um quadro de reposição em andamento e concursos dos claros realizados (como dois na área de Inglês, dois em Espanhol, três em Italiano, três em Alemão, três em Francês) –, o chefe do DLM, Pablo Fernando Gasparini, apoia a luta por mais docentes.

“O diálogo entre os departamentos é uma constante sobre essa questão. Sobre a situação do DLM, eu diria que o novo desafio será a reposição automática dos aposentados porque temos ali o perigo de perder o número de professores que tanto custou conseguir”, coloca Gasparini.

“Se esta situação perdurar, em cinco anos ou em dez certamente teremos um desfalque tendo em vista a futura aposentadoria de alguns docentes”, acrescenta Steinberg.



▶ NÃO É PASSEIO

Redução de recursos trava trabalho de campo em disciplinas



Portaria responsabiliza as unidades pelo financiamento, que dizem não ter orçamento para as despesas com viagens

CAMILA S. MACHADO, CAMILLY ROSABONI
E JÚLIA AYUMI TAKEASHI [REPORTAGEM]

Imagine estudar turismo e não poder conhecer destinos fora da cidade, ou estudar geografia e não observar espaços geográficos fora do seu entorno. Cada vez mais, a experiência acadêmica vem se limitando à sala de aula, devido à falta de recursos que financiam trabalhos de campo. Estudantes e professores reclamam que a burocracia aumenta, enquanto a oportunidade de aplicar o conhecimento teórico se reduz, impactando o aprendizado dos estudantes.

A raiz das queixas é uma portaria da Pró-Reitoria de Graduação (PRG), de 19 de dezembro de 2023, que estabelece critérios para as solicitações de recursos financeiros nas viagens didáticas. O texto veta financiamento da PRG para viagens dentro da estrutura curricular dos cursos, atribuindo a responsabilidade às unidades – que, na prática, não conseguem bancar integralmente as despesas.

No Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (CRP) da Escola de Comunicações e Artes (ECA), os alunos de turismo têm, em sua grade curricular, uma disciplina voltada para o trabalho em campo. Consequentemente, são ainda mais prejudicados pela escassez de recursos.

“Não tem como a pessoa se formar em Turismo, sem ter ido a campo, porque nós trabalhamos com planejamento de roteiros. Então, precisamos olhar a cidade e visitar os atrativos”, afirma Débora Braga, coordenadora do curso de Turismo no CRP.

Para Gustavo França, estudante do último semestre de Geografia da Faculdade de Filo-

sófia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), o trabalho de campo impacta diretamente na qualidade da formação. “Ao estudarmos um tema na sala de aula, a visita ao campo se torna a parte prática para nós, em que as relações entre os elementos que compõem aquele espaço se tornam visíveis e o entendimento fica mais fácil”, explica.

CADA VEZ MAIS, MENOS Há cerca de 10 anos, estudantes do CRP se organizavam internamente, com seus próprios recursos, para realizar as viagens. A partir da cobrança dos alunos de Turismo, a Comissão de Orçamento e Patrimônio (Copa) da USP passou a destinar recursos para o departamento. Em dado momento, a tarefa foi transferida para a Pró-Reitoria de Graduação (PRG), que segue responsável até hoje pela destinação dos recursos. No começo de cada semestre, o CRP envia um relatório, informando datas, destinos e orçamento das viagens à PRG, que as aprovava ou não.

A grande questão, apontada por Braga, é a má gestão e a burocracia para se obter os recursos necessários. Segundo ela, nas últimas solicitações, a PRG tem enviado metade dos pedidos – geralmente os mais baratos – com recursos menores que o solicitado. A ECA, por sua vez, realiza pregões, sem a possibilidade de uso direto do recurso, para destiná-lo a uma agência de viagens, o que frequentemente encarece o valor estimado pelo CRP.

“Nós temos feito um planejamento que é todo jogado no lixo, porque vem o financeiro e impõe uma série de restrições e ainda envia metade do recurso sem nenhuma justificativa”, afirma a coordenadora.

Segundo França, da FFLCH, as visitas externas eram comuns no curso, mas isso não está sendo mais possível. “O que [os professores] fazem quando isso acontece é realizar trabalhos de campos em locais próximos e de fácil acesso. Alguns até pagam para [os alunos] que têm dificuldades financeiras”, conta o estudante de Geografia.

DAR COM A CARA NA PORTA(RIA)

Segundo Braga, o CRP já completava o valor restante dos recursos enviados pela PRG, mas não consegue disponibilizar a quantia integral. “Ou seja, se o curso exige viagens, o departamento que arque com eles”, comenta a professora diante da portaria estabelecida pela PRG.

Natália Patucci, professora do Departamento de Geografia da FFLCH, conta que foram “pegos de surpresa” pelo comunicado, já que a normativa saiu quando o prazo para alterar o programa já havia passado. Para ela, o documento prejudicou a realização de viagens didáticas no primeiro semestre.

A docente é também ex-aluna do curso de Geografia na USP, formada em 2011, e

considera que, devido à perda das experiências práticas nos últimos anos, “os alunos de agora já não estão saindo bem formados como os de antigamente”.

Além das exclusões, ela também cita outras defasagens nas viagens que permaneceram, como a demissão de motoristas e de equipes de segurança que auxiliavam em trilhas, falta de auxílio financeiro individual para os alunos, remanejamento para locais cada vez mais próximos e a necessidade de reduzir o escopo das viagens para que elas estejam qualificadas a receber os repasses.

“Os alunos de agora já não estão saindo bem formados como os de antigamente”

Natália Patucci, professora do Departamento de Geografia da FFLCH

Turma do curso de Geografia em excursão de campo no Parque CienTec da USP, na zona Sul de São Paulo

TERCEIRIZAÇÃO



Empresas contratadas pela USP acumulam processos trabalhistas

Apuração exclusiva em 100 processos revela que a Universidade foi condenada em 49; ainda cabe recurso

NICOLAS VAZ COELHO E RAQUEL TIEMI
[REPORTAGEM]

“No dia 12/11/2020, por volta das 6h30, Marcello* (nome fictício) estava exercendo sua função de vigia quando, ao abrir um dos portões do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), foi surpreendido com a queda do portão, devido estar corroído por ferrugem pela falta de manutenção, sobre sua perna esquerda, que o imobilizou, pois não tinha forças para levantar o portão.”

Eis a transcrição literal dos autos de um processo trabalhista ajuizado contra a empresa Albatroz Segurança e Vigilância LTDA, contratada pela USP para prestar serviços no campus Butantã. Essa forma de contratação de empresas para a prestação de serviços é chamada de terceirização. Dessa maneira, o vínculo trabalhista do empregado se estabelece diretamente com a empresa terceirizada. Porém, quem recebe os serviços é a USP.

Julgada em primeira instância, a empresa foi condenada em R\$ 40 mil e a USP responsabilizada subsidiariamente na ação trabalhista. De acordo com o processo e o especialista consultado pela reportagem do Jornal do Campus, Leonardo Aliaga Betti, juiz titular da 3ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes e professor da Escola Paulista de Direito, a USP – como contratante da empresa prestadora de serviço – é responsável por fiscalizar e garantir aos empregados um ambiente de trabalho adequado.

O caso de Marcello é um dos 700 processos ajuizados por trabalhadores de empresas terceirizadas da USP ou da própria Universidade, entre 2022 e 2023, que foram encontrados via consulta de processos eletrônicos no site do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP). Para entender a natureza das queixas, a reportagem analisou 100 desses processos. A maioria diz respeito a salários atrasados, horas extras não pagas e falta de depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Nesse recorte, a USP é condenada em quase metade (49) das causas. Já as empresas contratadas foram condenadas em 71 ações – o total ultrapassa 100 condenações porque há processos em que tanto a terceirizada quanto a Universidade são condenadas. Em parte deles, ainda cabe recurso.

A reportagem também concluiu que as três empresas contratadas com maior número de processos foram a Sector Serviços e Conservação Ltda (36), a Albatroz Segurança e Vigilância Ltda (25) e a Higienix Higienização e Serviços Ltda (8).

RESPONSABILIDADES

Leonardo explica que a empresa contratada pela USP é a principal responsável pelas verbas decorrentes de um contrato de trabalho, já que é ela quem contrata a mão de obra. Entretanto, cabe legalmente à tomadora de serviços, neste caso a Universidade, a responsabilidade subsidiária de fiscalizar e acompanhar esses funcionários.

“Nós nunca podemos esquecer que o fato desses trabalhadores prestarem serviços nas dependências da USP implica que ela acaba sendo diretamente responsável por garantir um ambiente que preserve a saúde e a segurança”, afirma.

COMO A USP SE DEFENDE?

O juiz explica que as teses de defesa formuladas pela USP devem se pautar no princípio da inexistência de culpa, ou seja, de que não há provas que ela deixou de fiscalizar a empresa contratada. Na esfera judicial, ele lembra que existe uma dificuldade em entender quem deve comprovar a fiscalização – ou a falta dela – nas ações. “Eu tenho um entendimento que cabe à entidade que contratou a empresa provar que fez a fiscalização adequada com documentos que comprovam suas ações”, afirma Leonardo.

Entretanto, segundo o professor, alguns juízes defendem que essa responsabilidade é do próprio trabalhador. Por outro lado, também reitera a dificuldade em juntar tais provas documentais. “O empregado tem muita dificuldade de demonstrar que a USP deixou de fiscalizar, provar algo que não aconteceu. No direito, chamamos de prova diabólica, quando se tem uma grande dificuldade em provar um fato”.

A fiscalização pode ser feita de diversas formas conforme a realidade de cada contrato realizado. Leonardo afirma que a USP pode determinar que a empresa prestadora apresente, com uma periodicidade adequada, os comprovantes de cumprimento

de suas obrigações trabalhistas. “Essa fiscalização não é tão difícil como muitas vezes os entes públicos fazem parecer, difícil na verdade é saber que muitas entidades públicas acabam descumprindo esses deveres e ainda vem a juízo buscar se eximir dessa responsabilidade”.

A elevada quantidade de condenações das terceirizadas nos 100 processos trabalhistas analisados sinalizam como essa fragilização impacta diretamente a garantia dos direitos. As ações revelaram uma recorrente violação no pagamento de salários atrasados e verbas rescisórias, como o FGTS não depositado e horas extras não pagas, as mesmas apontadas pelo juiz Leonardo como mais comuns relacionadas a casos envolvendo terceirização.

OUTRO LADO

Ao ser indagada sobre o funcionamento da fiscalização das empresas contratadas, a USP afirmou que há uma Seção Técnica de Contratos Terceirizados dentro da Coordenadoria de Administração Geral, que promove a gestão e a fiscalização da execução de contratos de prestação de serviços terceirizados.

Além disso, a USP explica que “quando constatada uma irregularidade com a empresa contratada, o contrato é rescindido”. Quando questionada sobre o funcionamento da fiscalização e se as três empresas citadas tiveram seus contratos anulados, a Universidade não se pronunciou.

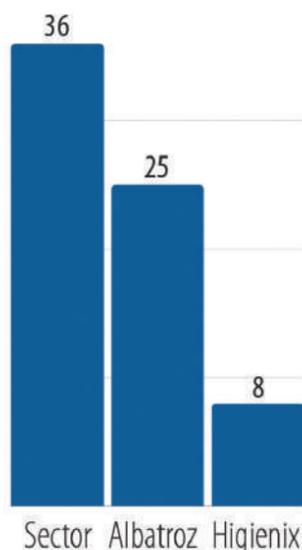
Até a publicação desta matéria, apenas a Albatroz Segurança e Vigilância Ltda das três empresas citadas se manifestou. Em nota, a empresa diz: “é natural, no segmento em que atuamos, por se tratar do fornecimento de mão-de-obra, a incidência de ações trabalhistas pelos mais variados motivos”.

Além disso, eles ressaltam que os contratos mantidos com a USP passam por um rígido controle. “A empresa mensalmente comprova a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista de todos os funcionários alocados nas unidades, sendo isso fator essencial para a liberação dos respectivos pagamentos pelos serviços prestados”. Entre as três empresas com mais condenações, a reportagem apurou que pelo menos a Albatroz segue prestando serviços à Universidade.

Perfil das ações trabalhistas contra a USP

(Análise de 100 processos do período de 2022 a 2023)

Empresas terceirizadas mais citadas



Condenações entre os processos analisados



Fonte: Elaboração própria; com base em amostra de 100 processos entre 2022 e 2023

Uma faculdade privada No campus da Universidade pública



Na Cidade Universitária, Inteli cobra mais de R\$ 6,7 mil por curso e tem relação polêmica com a comunidade uspiana

ESTER DE BRITO, GUSTAVO R. SILVA E
MARIANA ROSSI [REPORTAGEM]

“Não consideramos que estamos dentro da USP. A gente se considera dentro do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), na Cidade Universitária”. É assim que o Instituto de Tecnologia e Liderança (Inteli) se reconhece, nas palavras de Maira Habimorad, presidente da instituição. Fundado por André Esteves e Roberto Sallouti, ambos sócios do banco BTG Pactual, o Inteli é uma faculdade privada focada em tecnologia, localizada no IPT – que está dentro do maior campus da USP.

De variadas maneiras, trata-se de um corpo estranho na Cidade Universitária. Com cursos que chegam a custar mais de R\$ 6,7 mil, a criação da faculdade privada dentro do Campus se originou de uma chamada pública organizada pelo governo estadual. Mas provocou protestos contra uma suposta privatização dos serviços públicos, oferece graduações em duplicidade com as da USP e mantém relação ambígua com a infraestrutura do campus.

Segundo Maira, o instituto se originou de interesses filantrópicos. Mas, para além da filantropia, os investidores também buscavam desenvolver mão de obra qualificada em tecnologia para suprir as necessidades do mercado, uma vez que o próprio BTG estava passando por uma transição para o mundo digital.

A faculdade privada se instalou no prédio mais antigo da Cidade Universitária, através de um chamamento público feito pelo projeto IPT Open Experience, iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que convida diferentes empresas de tecnologia, com e sem fins lucrativos, a se instalarem no Campus. A medida é des-

crita como a construção do “Vale do Silício” brasileiro.

Dentro desses mesmos critérios, no início deste ano, o Governo divulgou que o IPT também abrigará um polo da Google. O prédio da multinacional norte-americana deve ser inaugurado em 2026.

A Prefeitura do Campus considera que a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (CUASO) abriga cerca de 39 Unidades. Dentro desta conta estão instituições que, como o IPT, não estão necessariamente vinculadas à USP. São os casos do Instituto Butantã, do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), da Fundação Seade, entre outros.

RELAÇÃO COM A COMUNIDADE USP

A notícia da implantação do Inteli não foi bem recebida pelos alunos da USP em 2021. Na época, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) publicou uma carta, assinada por mais de 40 entidades estudantis dos diferentes campi da Universidade, se posicionando contra a instituição, que, de acordo com o texto, aprofundava o processo de privatização dos serviços e espaços públicos.

A carta incitou uma mobilização, provocando um protesto na frente do IPT. De acordo com Maira, “o Inteli tentou uma aproximação com o movimento estudantil, mas eles não quiseram sentar para conversar”.

“Tem um equívoco de acharem que, por ter como fundadores sócios do banco BTG, acontece uma exploração comercial. Mas isso não é verdade, porque o Inteli não tem fins lucrativos”, afirma Maira. “Outro equívoco é que o espaço da Inteli não é da USP, mas sim do IPT, um instituto separado, com presidência e orçamento próprios”, acrescenta.

Institucionalmente, Inteli e USP parecem se aproximar. Par-

“A comunidade USP está do nosso lado, estamos no meio dela, mas não podemos ser inseridos”

Pablo Azevedo, diretor de clubes do CA do Inteli

Laboratório do Inteli dentro do IPT



cerias, especialmente com a Faculdade de Medicina (FMUSP), já acontecem. Mas as relações interpessoais entre os alunos ainda são uma questão. “A gente não frequenta muito outras partes da USP. Ficamos mais no nosso campus”, relata Ana Carolina Martire, presidente da Central Estudantil do Inteli. Ela diz que não há muita troca com alunos da USP, mesmo com aqueles que fazem cursos semelhantes aos oferecidos na Inteli. “Ouvi histórias de que alunos tinham problemas com isso. Via no Twitter também gente reclamando de ambos os lados. Acho que não tem muita comunicação”.

Por não serem da comunidade USP, os alunos do Inteli não têm benefícios como o Busp e acesso ao bandeirão e ao Centro de Práticas Esportivas (CEPE). “Não podemos estar inseridos em ligas ou atividades para a comunidade USP, o que é compreensível, porque não somos parte dela” diz Pablo Azevedo, diretor de clubes do Central Estudantil, o CA do Inteli. Em março, a organização dos estudantes tentou,

junto à Atlética do Inteli, reservar o CEPE para realizar a “Copa Inteli”, mas sem sucesso. Atualmente, o Inteli conta com cerca de 450 estudantes, distribuídos nos quatro cursos de graduação oferecidos pelo instituto: Engenharia da Computação; Engenharia de Software; Sistemas de Informação; e Ciências da Computação. Neste ano, as mensalidades chegam a custar R\$ 6.764,35. O processo seletivo conta com provas de lógica e matemática, avaliação de perfil e dinâmica em grupo.

Segundo Maira cerca de 60% dos alunos atuais são bolsistas, selecionados a partir de critérios socioeconômicos. “O aluno que recebe a bolsa não paga absolutamente nada”, afirma. Os valores são arrecadados por doações de fundações, empresas e empresários, que direcionam os recursos para um fundo de bolsas do Inteli, que faz a gestão da verba. Além da gratuidade, os alunos também recebem moradia, alimentação, computador e uma bolsa mensal.

Dois anos após pandemia, coletivos LGBTQIAPN+ tentam retomar atividades

Crise sanitária levou à desativação da maioria dos grupos, falta de tempo e de experiência são obstáculos

BILLIE FERNANDES, CAROLINA SENA
E SUELYTON VIANA [REPORTAGEM]

Em junho é celebrado mundialmente o Mês do Orgulho LGBTQIAPN+, em razão da Revolta de Stonewall, que aconteceu em 1969 nos Estados Unidos após membros da comunidade se rebelarem contra policiais que invadiram um bar gay em Nova Iorque. A ação política precursora de atos a favor da comunidade em diversas partes do mundo.

Na USP, a luta por visibilidade e respeito é feita por grupos organizados por alunos que se dividem nos chamados coletivos LGBTQIAPN+. Mais do que apenas um espaço de compartilhamento de experiências, auxílio para quem está se descobrindo e fortalecimento da comunidade queer, esses coletivos são também fruto da vontade de melhorar a experiência desses indivíduos dentro da Universidade.

Dentre encontros, campanhas, atos, abaixo-assinados e até participação em greves, alguns coletivos, como o PoliPride da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), o Madame Satã, criado por estudantes de história e geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e o Camaleoa da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), já conquistaram espaços importantes para expor as demandas da comunidade e trazer mais conhecimento para o público geral sobre as pessoas LGBTQIAPN+.

O PoliPride, atua desde 2013 e conta com mais de 200 membros ativos, segundo seus gestores. Eles contam que o crescimento do coletivo os deu oportunidades únicas de discutir a temática de diversidade nas esferas social, acadêmica e profissional com a colaboração de grandes símbolos e apoiadores da comunidade LGBTQIAPN+ do Brasil, como Eduardo Suplicy, Rita Von Hunty, Laerte Coutinho e a cantora Pepita na SEDEP, Semana de Diversidade de Gênero e Sexualidade da Escola Politécnica.

“Organizamos o Popcorn Pride, nossas sessões de filmes e

séries relacionados ao universo queer, seguidos de uma roda de conversa com o mesmo tema. Tivemos também uma edição do Prêmio de Diversidade da USP para premiar as melhores iniciativas de diversidade que ocorreram na Universidade ao longo do ano. Organizamos, também, o pedido de adesão de membros da comunidade LGBTQIAPN+ da USP em uma campanha “Fogão”. A ação política em nome da comunidade em diversas partes do mundo. A ideia foi criar um novo projeto, o Programa de Mentoria LGBTQIAPN+; de e respeito é feita por grupos organizados por alunos que se dividem nos chamados coletivos LGBTQIAPN+. Mais do que apenas um espaço de compartilhamento de experiências, auxílio para quem está se descobrindo e fortalecimento da comunidade queer, esses coletivos são também fruto da vontade de melhorar a experiência desses indivíduos dentro da Universidade.

ALÉM DO ARCO-ÍRIS

Entretanto, o PoliPride é quase uma exceção no campus. Os anos sem atividades presenciais em decorrência da pandemia de Covid-19 causaram o enfraquecimento de diversos projetos tocados pelos estudantes, inclusive os coletivos LGBTQIAPN+.

Foi o caso do Camaleoa, coletivo da ECA-USP que ficou inativo por dois anos e retornou em 2024. A gestão atual aponta como principais desafios a falta de entendimento de como um coletivo funciona e também o pouco orçamento para colocar em prática as ações pensadas. “Algumas pessoas acham que o coletivo vai ser algo que vai te demandar muito trabalho, que vai te demandar noites sem dormir, e não, um coletivo é para a gente se sentir pertencente, para a gente ter trocas”, explica a organização.

Mesmo com as dificuldades para retornar, o coletivo organizou do dia 18 a 21 de junho a Colorama, uma Semana do Orgulho que trouxe como convidados Amanda Paschoal, Amara Moira, Kyem Ferreiro e Natan Kuparaka.

O *Jornal do Campus* tentou contato com diferentes coletivos, por telefone, mensagens em aplicativos e e-mail, mas muitos parecem estar inativos pela ausência de publicações recentes nas redes sociais, além de não mandarem qualquer tipo de devolutiva às tentativas de contato, como o Ferro’s, iniciativa

dos alunos da Faculdade de Direito da USP (FDUSP) e o Todas as Letras, dos cursos de Letras da FFLCH.

Dentre os coletivos que hoje estão oficialmente inativos, ex-membros de dois deles responderam ao *JC* — Sabina, co-fundadora do CAT, sigla de Coletiva Autonomia e Trans/versalidade e Mari Aleixo, Rafa Kim e Tie Ito, integrantes do Bento, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP).

O Bento nasceu no meio do ano passado, sob as demandas de criar um espaço seguro para pessoas trans que estavam passando por opressões dentro da FAU-USP, mas se manteve por pouco tempo. O grupo se afastou por problemas organizacionais, como falta de tempo para reuniões, horários que não batiam e também falta de experiência.

Já o CAT existia no centro acadêmico do curso de Filosofia, o CAF. Sabina define o coletivo como “anarco queer” e explica que ele surgiu de uma chapa política que perdeu a eleição para o CAF. A chapa defendia uma transformação do centro acadêmico, mudando diretrizes ideológicas e fazendo maior inclusão das pautas LGBTQIAPN+. “Dentro do imaginário político da Filosofia, o centro acadêmico era um espaço sujo, tanto ideologicamente quanto fisicamente, de gente irresponsável, viciada, imoral, identitária, não comprometida com a causa proletária, havia todo um papo circulando de higienizar o lugar, limpar o CAF, literalmente, mas também de tudo que nele era miséria estudantil e nisso entra a nossa miséria sexual também”, afirma.

Perdendo as eleições, o grupo se reuniu e decidiu se voltar apenas ao acolhimento dos alunos LGBTQIAPN+ do curso. “Era mais suporte, dar um jeito de se ajudar. Tentar ajudar a galera que entrava na filosofia, como dava, da forma que dava. Fizemos publicações, íamos em atos, mas o essencial do trabalho era ajudar as pessoas que vinham pra gente, gente expulsa de casa, gente precisando de comunidade”, conta a jovem.



IMIGRAÇÃO NA UNIVERSIDADE

A USP na mobilidade social dos imigrantes árabes

A educação foi fundamental para que sírios e libaneses e seus filhos chegassem à elite da política nacional

JOÃO PEDRO ABDO [REPORTAGEM]

A população brasileira é composta por pessoas de diversas origens culturais e religiosas. Essa diversidade é fruto, entre outros fatores, de processos migratórios que aconteceram ao longo dos séculos, desde o início da colonização portuguesa até os dias atuais. Os árabes fazem parte dessas populações que migraram de outros territórios e se estabeleceram no Brasil, onde chegaram às universidades e espaços de poder.

Atualmente, 150 anos após a chegada desses primeiros imigrantes, é comum que sobrenomes de origem árabe estejam presentes entre os principais quadros da política brasileira. Tebet, Haddad, Kassab, Boulos e Feghali são alguns desses exemplos.

Para Diogo Bercito, doutorando em História pela Georgetown University e autor do livro "Brimos: Imigração sírio-libanesa no Brasil e seu caminho até a política", valorizar a educação formal explica a mobilidade social. "Os libaneses investem bastante na educação, fazem questão de que seus filhos estudem e de que entrem em profissões liberais, como direito, engenharia e medicina, que também são profissões valorizadas no Brasil. Isso facilita esse salto, dado em poucas gerações", conta Bercito.

O POVO ANTES, O PAÍS, DEPOIS

O início do processo de migração aconteceu no final do século 19 e teve diversos fatores determinantes. O primeiro deles é econômico: o Oriente Médio sofreu com o colapso do mercado da seda, e as condições de vida pioraram drasticamente, forçando parte da população a emigrar. Também são relevantes a perseguição a cristãos (libaneses, principalmente) e uma visita feita por D. Pedro II à região, que serviu para que a população local conhecesse o Brasil.

Naquele período, a área onde se estabeleceram Líbano, Síria, Jordânia, Palestina e outros países árabes era dominada pelo Império Turco Otomano, que tinha como capital a cidade de Constantinopla (atualmente, Istambul, capital da Turquia). Ao chegarem ao território brasileiro, os árabes eram registrados como turcos, mesmo que não tivessem partido do local que hoje conhecemos como Turquia. Apesar de

equivocado, o termo acabou sendo vulgarmente usado para designar descendentes árabes.

Conforme explica Murilo Meihy, professor de História do Oriente Médio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as fronteiras nacionais desses países árabes também foram estabelecidas após o início da imigração. "O Líbano e a Síria, por exemplo, só passaram a existir como Estados nacionais na década de 1920, sob tutela francesa, e na década de 1940, como países independentes", explica.

Segundo Samira Osman, professora de História da Ásia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), após o fim do Império Turco Otomano, o processo de identificação dessa população com a cultura árabe e com outras designações nacionais ou religiosas variava, o que também aconteceu na população que havia emigrado ao Brasil.

"Essa oscilação era reflexo do que acontecia no lugar de origem [Oriente Médio]. Enquanto estavam sob domínio turco e, depois, francês, criaram formas de identidade e os debates se mantiveram acirrados. Árabe, ainda que amplo e genérico, tem sido um uso mais comum atualmente, com um apelo exagerado de que somos milhões de árabes no Brasil; depois se acrescenta: provenientes do Líbano e, em menor proporção, da Síria", diz Samira.

OS HAKIMS USPIANOS

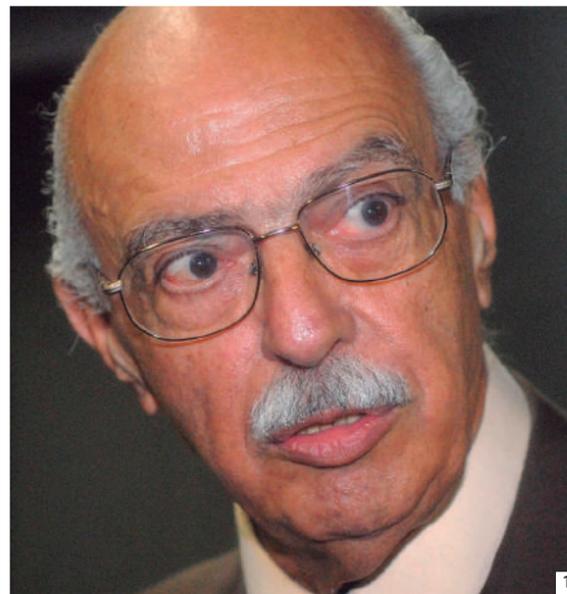
Desde a chegada dos emigrados ao Brasil, o número de imigrantes e descendentes que frequentaram a USP subiu bastante já nas primeiras décadas após a chegada dos árabes ao Brasil, na década de 1870, segundo dados analisados pelo professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), Oswaldo Truzzi. Três faculdades que viriam a fazer parte dos institutos que compõem a USP (a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina) fizeram parte da trajetória dos sírios e libaneses que seguiram a educação formal.

Murilo explica que a chegada às universidades fazia parte de um projeto para que a segunda geração de imigrantes ganhasse notoriedade no Brasil. "Nesse percurso, muitos iam para as instituições de ensino, que são espaços de prestígio social. Isso era possível pois a primeira geração havia conquistado uma certa estabilidade econômica, possibilitando essa assimilação pelos descendentes", conta Murilo.

É importante ressaltar que isso não significa uma aceitação fácil por parte da sociedade brasileira. "Foi construída uma ideia de que o Brasil recebeu os árabes de braços abertos, de que nunca houve preconceito. Se a gente olhar os documentos da época vemos que muitos deles sofreram por causa da língua, por causa da religião", conta Bercito.

Para superar a discriminação, além de se formarem *hakims* (termo genérico para médicos, mas que pode descrever "aqueles que sabem"), os árabes tinham outros objetivos. "Investiram no movimento associativo e de bem-nemerência (orfanato, sociedade beneficente, hospitais) para serem vistos positivamente e com a intenção de contribuir com o país que os recebia", explica Samira.

Para superar a discriminação, além de se formarem *hakims* (termo genérico para médicos, mas que pode descrever "aqueles que sabem"), os árabes tinham outros objetivos. "Investiram no movimento associativo e de bem-nemerência (orfanato, sociedade beneficente, hospitais) para serem vistos positivamente e com a intenção de contribuir com o país que os recebia", explica Samira.

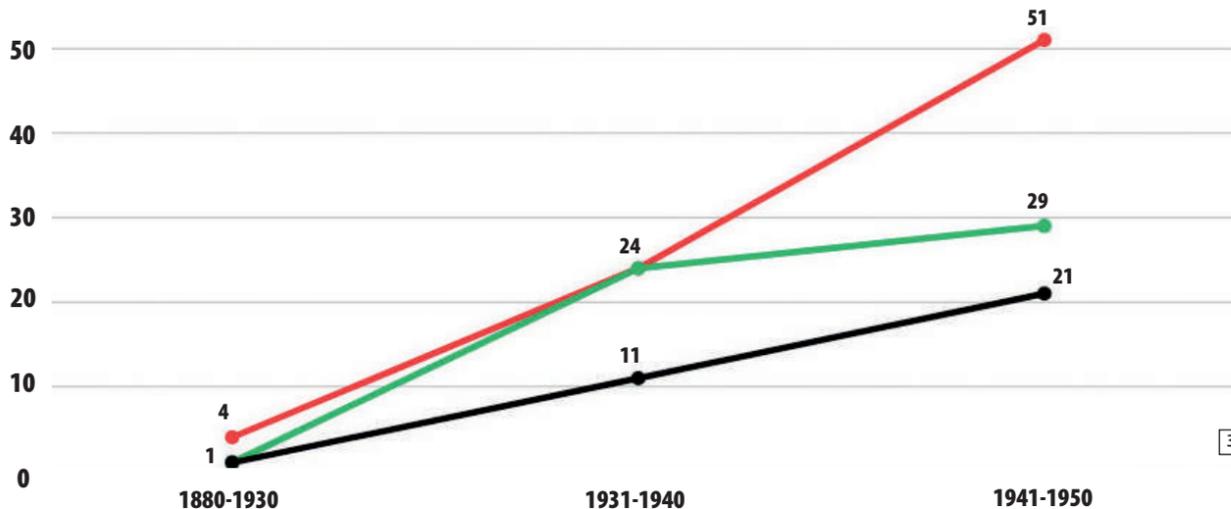


Adib Jatene: médico e professor da USP, foi ministro da Saúde e secretário da Saúde do Estado de São Paulo. Filho de libaneses, foi um principal articulador da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), imposto que financiou a saúde pública no Brasil durante 10 anos



Fernando Haddad: ex-prefeito de São Paulo e atual ministro da Fazenda, Haddad é filho de um imigrante libanês e de uma descendente de libaneses nascida no Brasil. Professor de Ciências Políticas da USP, ele fez toda sua formação na Universidade

FILHOS DE IMIGRANTES SÍRIO-LIBANESES FORMADOS PELA USP



Em vermelho, linha representa os filhos de imigrantes sírio-libaneses formados pela Faculdade de Direito (FD) da USP; em verde, os formados pela Faculdade de Medicina (FM) e, em preto, pela Escola Politécnica (Poli)



'Viva a educação, viva a cultura', diz Marisa Monte em celebração aos 90 anos da USP

Depois de quatro anos sem shows na Cidade Universitária, cantora faz apresentação gratuita na Praça do Relógio

BEATRIZ PECINATO E JULIA ESTANISLAU
[REPORTAGEM]

Marisa Monte e sua banda se apresentaram com a Orquestra Sinfônica da USP (Osusp) no dia 22 de junho, sábado, em celebração aos 90 anos da Universidade de São Paulo (USP). O concerto foi gratuito e a banda da artista não cobrou cachê.

Programada para iniciar às 15h, a celebração atrasou 40 minutos. Com regência do maestro André Bachur e a companhia de 60 músicos, a cantora apresentou alguns dos maiores sucessos de sua carreira, como "Vilarejo" e "Beija Eu". O diferencial foram os arranjos inéditos, feitos para o show, que teve duração de uma hora.

A comoção atingiu o ápice em "Amor I Love You", quando o público foi surpreendido com a participação especial de Arnaldo Antunes, que citou um trecho do livro "O Primo Basílio", de Eça de Queiroz.

Lotada de pessoas de várias regiões do Brasil, a Praça do relógio também recebeu dezenas de ambulantes, que aproveitaram a falta de outras opções para cobrar valores elevados dos espectadores. A reportagem do JC viu pipoca pequena — menor que uma garrafa d'água de 500 ml — ser vendida a R\$15, e Coca-Cola 350 ml a R\$10.

Diferentemente do público comum, que enfrentou sol e aperto, funcionários da Reitoria da USP, incluindo o reitor Carlos Gilberto Carlotti Júnior, tiveram uma área reservada coberta mais próxima ao palco, com cadeiras.

Depois de três músicas extras, o show terminou com um coral do público de "Bem Que Se Quis" ao pôr do sol, e foi seguido por uma apresentação de balé nos ares, com dois bailarinos pendurados no Relógio.

Quebrando um hiato de quatro anos sem shows na Praça do Relógio, no campus Butantã da USP, que não aconteciam desde antes da pandemia, o evento foi uma parceria com a ONG Central Única das Favelas (Cufa), que arrecadou, segundo a artista, cinco toneladas de doações de alimentos não perecíveis, brinquedos e agasalhos.

"É uma honra colaborar para que os alunos cotistas possam permanecer estudando, para a diversidade, para ter uma universidade com mais inclusão e com mais oportunidades para todos", disse a cantora, embaixadora do USP Diversa. O programa realiza a captação de recursos de empresas e pessoas físicas para financiar bolsas de permanência estudantil para estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

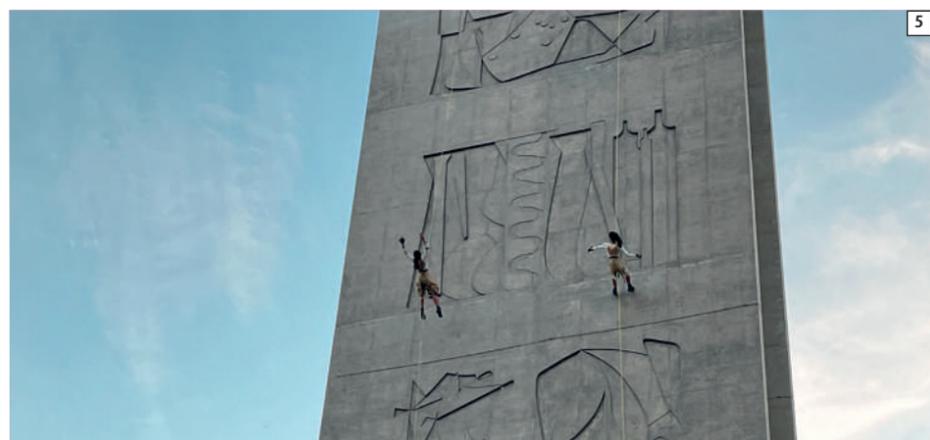


Eu achei sensacional, porque é uma das minhas cantoras favoritas de MPB. Gostei bastante, assim, uma sensação única. A céu aberto ainda mais. Então, foi bem incrível, bem sensacional

Natalie Sousa, estudante

Eu acho que o show foi muito bacana, o som tava legal. Só acho que ninguém esperava que ia encher tanto. Então, faltou estrutura na Praça do Relógio inteira. Aglomerou muita gente. Para ter uma melhor experiência no show, podia ter um telão em volta da Praça

João Pedro Teixeira, estudante



▶ FIM DE FESTA

OSAMA BIN REGGAE, A ÚLTIMA MEGAFESTA

Marcado por polêmicas, evento já recebeu cerca de 8 mil pessoas em uma edição e foi embrião do fim das festas na Universidade

MARIA FERNANDA BARROS E JÚLIA GALVÃO
[REPORTAGEM]

“Esse era um dos únicos momentos em que via gente de favela e da periferia na USP”, relata Luan Oliveira, ex-estudante de Letras da Universidade de São Paulo (USP). O momento ao qual ele se refere é o Osama Bin Reggae, festival que aconteceu entre 2002 e 2013 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

O nome do evento foi pensado propositalmente como uma provocação sobre o cenário político do período. Não por acaso, o festival aconteceu pela primeira vez exatamente um ano após o ataque comandado pelo líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden. O Osama contava também com a “Semana da Resistência”, uma série de debates antecedendo a festa que movimentava a cena cultural de São Paulo.

Em alguns anos, o evento não aconteceu e, em outros, foi organizado em espaços fora da Universidade. Apesar dos desafios, como processos administrativos, notas de repúdio de docentes e até mesmo uma coluna do jornalista Reinado Azevedo na *Revista Veja* classificando o evento como “um dos viveiros de boa parte do que há de estúpido no país”, ele durou mais de 10 anos e marcou a graduação de diversos alunos.

COMO SURTIU? “A ideia é que fosse uma festa aberta e divulgada por todo o território de São Paulo. Espalhamos muitos lambes pela cidade”, recorda Lia Moraes, estudante de história que organizou a primeira festa.

Pedro Moura, historiador que participou da criação do evento, relembra que o início do festival aconteceu no mesmo ano de uma das maiores greves estudantis da USP, a Greve da FFLCH

de 2002. “Foi um momento de mobilização estudantil, que foi combustível do festival”.

A organização da festa não era realizada por um grupo político formalizado, mas tinha a participação da Rádio Várzea, rádio livre que funcionava no prédio da FFLCH. A ideia central do evento era questionar a exclusão do acesso da comunidade externa aos espaços estudantis. “Tínhamos a ideia de trazer a população e de ser uma contestação para aquilo que era posto pela Universidade”, diz Pedro.

ESPAÇO PÚBLICO “A maioria das pessoas que iam ao Osama nunca tinham entrado na USP e nem imaginavam que um dia iam entrar lá”, avalia Luan, que ia às festas quando era estudante da graduação. Pedro aponta que eles já chegaram a receber cerca de oito mil pessoas. “Eu lembro que, do metrô Butantã, os ‘busão’ ia cheio de gente com pessoas até surfando em cima do ônibus. O negócio era gigante”, completa Luan.

Tati Nikitin, ritmista da bateria Destemida, frequentava as festas durante a adolescência e relata que via o festival como um ambiente tranquilo. “Acho que por vir da rede pública, gostar de reggae e de cerveja, lá era um ambiente acolhedor. Eu lembro que conseguia comprar cerveja por um real”. Ela diz ainda que tinha contato com pessoas de diversos grupos e tribos.

QUEM É O TERRORISTA? Essa pergunta estampou os cartazes da turma que organizava o Osama Bin Reggae. O nome do festival carregava uma provocação sobre o significado de “terrorismo”, conta Luís: “Mas quem é o terrorista, afinal? As discussões sempre passavam pela questão do terrorismo de Estado, pensando o Estado

Plateia assiste apresentação na 10ª edição do Osama Bin Reggae em 2012



Para muitos de nós, o Osama tinha relação com formação política. Romper os muros. Aproximar a USP da cidade

Luís Branco, professor de História que participou da organização de algumas festas

como o verdadeiro promotor do terror na população.”

O caráter polêmico do nome foi, inclusive, pauta da semana de debates nos primeiros anos da festa, recorda Juliana Leal, que era estudante de história e uma das organizadoras do evento. “Politicamente, não é que a gente estava defendendo o atentado ou o Osama Bin Laden”.

O debate político não se restringia às rodas de conversa e aos cineclubes organizados na Semana de Resistência. Ele se manifestava, sobretudo, enquanto o festival acontecia e na repercussão da festa dentro e fora da USP. Luís relata que, durante o evento, o pixo era uma das principais formas de expressão dos estudantes e se tornou recorrente ao longo dos anos: “O entorno do prédio da História e Geografia e o térreo amanheciam muito pichados”.

As pichações no edifício acarretaram “conflitos tensos” com os órgãos da Universidade, conta Luís: “Professores pediam punição, havia manifestações na Congregação da FFLCH, mas a gente dizia: ‘Nós defendemos uma Universidade aberta. O pixo faz parte da cultura da cidade, e a USP faz parte da cidade’”.

Sob acusação de depredação do patrimônio público, Pedro e Lia afirmam que eles e outros colegas chegaram a ser processados administrativamente pela direção da faculdade. Segundo os estudantes, foi aberto um processo de sindicância que envolveu audiências, oitivas e depoimentos de professores e alunos.

A represália, no entanto, não é atribuída como a principal razão do fim do festival e da Semana de Resistência em 2013. O grande impeditivo foi a falta de infraestrutura, aponta Luís: “Quando a festa atingiu números grandes, as questões de segurança começam a ficar complica-

das. Nos últimos anos, surgiram denúncias de mulheres que foram assediadas. Não dá pra fazer uma festa em que as mulheres não estão em segurança”.

PROIBIÇÃO DE FESTAS O Osama levanta uma discussão que nunca acabou: o acesso à USP como espaço público. Dois anos após o fim do festival, as festas no campus foram proibidas pela reitoria – e o pretexto que legitimou essa medida coincide com o contexto alegado pelos estudantes como responsável pelo encerramento da festa.

Segundo Ana Lúcia Pastore, professora de Antropologia que assumiu a Superintendência de Segurança da Universidade em 2014 e 2015, o despreparo do campus para hospedar as festas foi determinante na decisão: “A questão dos assédios e estupros era algo muito preocupante. Ainda houve a morte de um rapaz cujo corpo apareceu na Raia Olímpica, depois de uma festa em 2014. Essas coisas foram decisivas para que as festas viessem a ser proibidas”, afirma.

Ela observa que, durante a sua gestão, não havia concordância dentro dos órgãos da USP no debate sobre as festas universitárias. “Eu pensava que proibir não era o caminho, e sim regulamentar, pela segurança das pessoas presentes nas festas. Mas as festas foram proibidas porque não se chegou a um consenso”, relata a professora.

Até hoje, a falta de consenso predomina quando o assunto é o acesso à USP para atividades extra-acadêmicas. Embora essa reivindicação exista há décadas, nunca houve um arranjo na estrutura do campus para permitir esse cenário, avalia Ana: “Para que o campus possa ser aberto ao público, teria que haver mais infraestrutura, mas isso nunca avançou”.

▶ USPÓSTUMOS

Do pó viestes, ao pó (na USP) voltarás

A pedido de membros falecidos da comunidade universitária, cinzas são enterradas e espalhadas pelos campi; conheça histórias emblemáticas

INGRID GONZAGA, JULIA ESTANISLAU
E MARIANA ROSSI [REPORTAGEM]

Quem anda pela USP pode não imaginar que ali não residem apenas vários estudantes, alguns animais e muitos insetos. Há, também, aqueles que já partiram, mas por uma conexão tão forte com a Universidade, decidiram ficar ligados à ela, de uma forma ou de outra.

“Como era de seu desejo, suas cinzas deveriam permanecer no Instituto [Oceanográfico da USP] (IO) e foram, então, utilizadas no plantio de um ipê amarelo, localizado no jardim na entrada do prédio”, conta Fabiano Attolini, doutor em Oceanografia Biológica pelo mesmo Instituto, sobre seu amigo Valter Kasuo Miyagi, falecido em 2022, aos 62 anos.

Analista de Sistemas no IO e graduado em biologia, Miyagi já estava no instituto quando Attolini entrou, em 1988. Foi uma das primeiras pessoas com quem teve contato quando começou a estagiar. À época, era técnico do Departamento de Oceanografia Biológica (DOB). Trabalharam na mesma sala por mais de 10 anos, até Miyagi migrar para a área de informática.

“Sempre me ajudou bastante. Não só no estágio, mas também depois quando iniciei a pós-graduação. Muitas vezes deixava as coisas dele de lado para atender às necessidades dos outros”, conta Attolini, que atualmente trabalha no Museu Oceanográfico do IO.

Ele diz que Miyagi tinha um jeito “meio tímido mas era bem brincalhão”, e que adorava estar entre amigos e tomar café da tarde em algum laboratório. “Sua identificação com o IO era total, demonstrada pela sua dedicação ao trabalho e simpatia com todos. Não à toa, tinha amigos em todas as salas e departamentos. Sua perda foi muito sentida por todos do Instituto”. No ano passado, o diretor do IO Paulo Yukio

Gomes Sumida, que também era amigo de Miyagi, fez uma pequena cerimônia em homenagem a ele, com o plantio da árvore com suas cinzas.

LEGADO Escolher o lugar em vida para ter suas cinzas depositadas é um desejo comum, principalmente quando se trata de locais onde a natureza é mais presente, como no mar ou em um parque, conta Maria Júlia Kovács, professora sênior do Instituto de Psicologia da USP e membro-fundadora do Laboratório de Estudos sobre a Morte.

No entanto, a escolha também pode ser de um local importante para o falecido, como foi para Miyagi. “Pode ser um lugar que ele trabalhou, viveu ou que tenha uma relação afetiva muito grande. Mas não dá para generalizar. A criação do vínculo com um local depende de cada pessoa e não necessariamente ela vai querer deixar suas cinzas lá”, explica a professora.

A importância da escolha de um local se baseia na necessidade de muitos têm de acreditar que seus desejos serão atendidos mesmo depois da morte, o que dá à pessoa a sensação de que ela é amada, querida e de que deixa um legado para os familiares e amigos – embora não haja garantia de que o desejo seja, de fato, cumprido.

“As pessoas têm as mais variadas formas de tentar manter seu legado ou de receber uma homenagem depois da sua morte. Escolher um lugar faz os familiares terem um local de visitação e de ritual para lembrar da pessoa querida”, diz a professora, “e as cinzas jogadas trazem a ideia de que, de alguma forma, a pessoa está lá”.

Maria Júlia ainda ressalta um ponto importante. Placas, memoriais, obras e salas com nomes de ex-professores e funcionários que estão espalhados pela USP, assim como a realização

de velórios no campus, são uma forma da instituição responder à pessoa que foi importante para a Universidade. Já as cinzas estarem depositadas na USP “prestam uma homenagem ao lugar, ao mesmo tempo em que as pessoas também são homenageadas por ele”, conclui.

NOS JARDINS DA USP O caso de Miyagi não é isolado. Assim como ele, outras pessoas de diferentes institutos também escolheram a USP como seu local de descanso. Só na Faculdade de Saúde Pública (FSP) são quatro: José Maria Soares Barata, Rosângela Carvalho Gutierrez, Liu Leal e Keiko Ogura Buralli.

Keiko, ou Keikinho, como Ausônia Donato, doutora em saúde pública pela Faculdade, chamava carinhosamente a amiga, foi professora do Departamento Materno-Infantil da FSP. Era especializada em saúde da criança e do adolescente e contribuiu na formação de sanitaristas nas décadas de 1960 a 1990. “Era uma sanitarista e tanto”, recorda Ausônia, que era amiga

de Keiko desde os 14 anos. Elas fizeram o ensino fundamental, a faculdade e trabalharam juntas. “Ela gostava de discutir metodologia de pesquisa qualitativa e sempre ajudava os alunos, cuidou muito deles”.

Em decorrência de uma virose no pulmão, Keiko faleceu em 8 de março de 2002. Atendendo ao seu desejo, ela teve suas cinzas espalhadas em um pé de acácia na FSP, já que gostava da planta. A acácia fica perto da entrada pela esquina entre a Teodoro Sampaio e a Dr. Arnaldo, “logo à direita”, descreve Ausônia.

A professora tinha tamanha gratidão à Faculdade que, durante a cerimônia de cinzas, a mãe dela entregou um envelope com o último salário de Keiko ao diretor na época, João Yunes.

O próprio Yunes, que faleceu meses depois, em setembro de 2002, também teve suas cinzas depositadas no instituto, assim como José Maria Barata, reconhecido estudioso da subfamília de insetos Triatominae; Rosângela Gutierrez, que foi chefe do serviço administrativo da Biblioteca

da FSP e que faleceu de Covid em 2021; e mais recentemente, Liu Leal, fisioterapeuta e militante na defesa do Sistema Único de Saúde falecida em outubro de 2023.

Também na Escola de Comunicações e Artes há algo semelhante. Antonio Manuel Vieira dos Anjos Faria, conhecido como Birigui, formou-se em jornalismo pela ECA e foi professor no departamento em que estudou. Falecido em 1977, aos 29 anos, pediu “por todo seu amor à ECA” — como escreveu o professor e jornalista José Coelho Sobrinho em memorial publicado em 2001 — para ter suas cinzas enterradas em frente ao prédio principal da Escola, onde hoje encontra-se uma lápide em sua homenagem.

A Prefeitura do Campus da Capital (PUSP-C), por meio da assessoria de imprensa da Reitoria, afirmou que não há um procedimento específico a ser seguido para que cinzas de membros da comunidade sejam enterradas ou despejadas em espaços universitários. É papel da área ambiental do órgão analisar cada caso e o local desejado.



Lápide de Antonio Manuel Vieira sinaliza desejo de fazer parte da história universitária

▶ DAMAS EM XEQUE

COMO ESTÃO AS USPIANAS EM ESPORTES 'PARA HOMENS'

Mesmo com maior igualdade numérica, atletas ainda encontram dificuldades em modalidades "masculinas"



GUSTAVO R. DA SILVA
E INGRID GONZAGA [REPORTAGEM]

Às vésperas dos Jogos Olímpicos de Paris, que se iniciam em 26 de julho, a discussão sobre a igualdade de gênero no esporte torna-se mais presente. Prevê-se que esta edição será a primeira na história a garantir paridade numérica na participação de atletas homens e mulheres. Isso, no entanto, não significa que os dois encontram as mesmas condições esportivas em todas as modalidades – sobretudo no cenário universitário.

Dados da Liga das Atléticas Acadêmicas da Universidade de São Paulo (LAAUSP), organização que trata do esporte na Universidade, indicam que, apesar de a USP ter quantidades semelhantes de esportistas homens e mulheres, o número feminino ainda é um pouco menor. No primeiro semestre de 2024, estavam filiados à entidade 1638 homens contra 1238 mulheres. Em porcentagem, os números correspondem a 56,9% e 43,1% do total de 2870 alunos cadastrados, respectivamente.

O cenário de menos desigualdade, porém, esconde uma realidade de empecilhos para algumas modalidades em específico. Ainda hoje, garotas devem superar barreiras a mais para praticar esportes com presença majoritária de homens. É o caso das artes marciais, rugby e xadrez: todas modalidades que podem ser praticadas na USP.

“Quando entrei no Judô da FEA eu era a única menina. Foi

muito difícil porque é um esporte de muito contato físico, às vezes eu treinava em um time de dez meninos”, afirma Thais Amorim, diretora de modalidade do judô da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA). O time é composto por estudantes de diferentes institutos.

Sua colega de treinos, Luiza Marcon, faixa preta do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), concorda. “Quando entrei na faculdade, não sabia onde ia treinar. Vi uma foto do treino da Poli e tinha uma menina, no da FEA tinham três. Eu falei ‘vou ali onde tem mais meninas’”, relata. Elas explicam que o número de mulheres nos treinos aumentou, e que as meninas formaram uma rede de apoio.

“Todo mundo tem uma vida meio corrida, então, às vezes você vai priorizar outra coisa do que vir para o treino para ser derrubada no chão por um cara de 1,80m e 100 kg”, afirma a diretora de modalidade.

Mas ainda com o cenário em avanço, o número reduzido de mulheres gera impedimentos até mesmo financeiros. A diretora do judô da FEA relembra uma ocasião em que não pôde enviar uma das atletas para um campeonato em outra cidade, pois os custos do torneio eram muito altos e não valeria a pena para a atléctica bancá-los para apenas uma garota. A equipe masculina, no entanto, teve a oportunidade: com mais homens, o custo foi dividido entre os atletas, que puderam ganhar mais experiência em competição.

O que me sustenta no judô e que me ajuda a ficar aqui é ter outras mulheres no treino. Nada contra os meninos, gosto muito deles, mas eu não quero ficar me agarrando com homens todos os dias

Luiza Marcon, faixa preta do Instituto de Ciências Biomédicas

PEÇAS MENORES

Esse tipo de preconceito não se restringe a esportes que exigem força física. Esportes intelectuais, como é o caso do xadrez, passam pelo mesmo problema. Gabi Scarpini, do Instituto de Matemática e Estatística (IME), é enxadrista. Começou a jogar xadrez aos sete anos, mas só entrou no mundo das competições em 2022.

“Ser mulher dentro do xadrez é uma coisa complicada, já que é um esporte majoritariamente masculino e viver em um ambiente cercado de homens é sempre difícil”, conta ela. “É nítido como os homens te enxergam como um oponente mais fácil. Até quem não entende nada de xadrez tem essa visão das mulheres. Pelo xadrez ser um jogo intelectual, os homens pressupõem que as mulheres são inferiores nesse aspecto”.

A garota afirma não sentir um preconceito tão forte no IME quanto em outros lugares que frequentou. Ainda assim, relata que são poucas as mulheres na equipe em que treina – um reflexo, segundo ela, da baixa quantidade de mulheres no próprio instituto.

Gabi reconhece a importância de se ter um time consolidado com a presença de meninas. “Nós, mulheres, sabemos como é chato viver em um ambiente onde só tem homens. Saber que vai ter pelo menos uma mulher ali te incentiva a participar mais dos treinos”, diz.

“COISA DE MENINA”

Os obstáculos enfrentados pelas atletas não são exclusivos do ambiente universi-

tário. Mesmo para quem começou a trajetória no esporte antes de chegar à USP, os primeiros passos foram complicados. “Minha cidade é bem conservadora, então as meninas são colocadas preferencialmente para fazer balé ou ginástica, e não esportes de contato com meninos”, afirma Luiza, que é natural de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul.

Gabi também enfrentou obstáculos no xadrez antes da Universidade. “Por ser um esporte intelectual, assim como engenharia, matemática e coisas de lógica, o xadrez é considerado algo de homem. Já ouvi muitas vezes da minha família que xadrez é coisa de homem e dama é coisa de mulher, justamente por xadrez ser muito mais complexo do que dama”, explica.

Thais relata que, mesmo que em alguns casos não seja dito diretamente que determinados esportes são para meninos, a ausência de visibilidade para mulheres acaba fomentando a ideia de que não é algo para elas. “A gente começa a ver meninas cada vez mais incríveis, competindo mundialmente em esportes que às vezes a gente nem conhecia. Isso muda nossa mentalidade”, conta.

No embalo das Olimpíadas, as atletas citaram a importância de assistir as atletas brasileiras não só pela televisão, no momento da competição, mas também acompanhá-las nas redes sociais, entendendo a rotina das atletas. “Você vê todo o treinamento por trás e pensa: ‘Ela faz como eu. Se ela chegou lá, talvez eu também consiga’”, afirma Luiza.

▶ JORNALISMO E LITERATURA

CRÔNICA DAS CRÔNICAS

1: PICRYL [FOTO] 2: MEDIUM [FOTO] 3: INSTITUTO MOREIRA SALLES [FOTO]

GABRIEL BUSSOLOTTI SILVEIRA [TEXTO]

Pensei em iniciar o texto de diversas maneiras. Através de uma passagem do Machado de Assis em que ele ensina como introduzir uma crônica. Recorrendo a um trecho escrito por Rubem Braga no qual o autor fala sobre seu ideal de escrever. Ou contando um pouco da história desse gênero literário-jornalístico tão brasileiro. Porém, nada mais crônica do que revelar minha indecisão e começar assim a última página da edição 541.

Esse texto de natureza curta está presente em nossos jornais e livros há pelo menos 150 anos. Isso se deve, é claro, a autores como Luís Fernando Veríssimo, Clarice Lispector e Fernando Sabino – além daqueles já citados aqui –, que contribuíram brilhantemente para a construção do gênero. Ao lado de assassinatos e roubos em páginas de grandes veículos, suas produções ofereciam um resquício de humanidade aos leitores.

A crônica é um emaranhado entre a literatura e o jornalismo, entre o cotidiano e o íntimo, o banal e o profundo, o ser brasileiro e a universalidade do ser humano. E acho que é isso que a torna tão cativante. Ela nunca ambicionou ser um romance. Às vezes, se vê próxima do conto. Mantém alguma distância dos textos vizinhos em jornais. A crônica é um gênero puro, terreno e nosso. Diferentemente do que pensava, esse espaço em que escrevo existe há pouco tempo

no *Jornal do Campus*. Textos do gênero só começaram a ser publicados em 2015, 32

anos depois da criação do *JC*. É curioso e – por que não – revoltante pensar que um jornal feito por estudantes não teve uma sessão dedicada à crônica por mais de três décadas.

Até 2015, a editoria de opinião continha somente entrevistas, debates e ombudsman. Ou seja, nenhuma das posições, crenças e pareceres publicados provinha de quem escrevia e produzia o *Jornal*. Após uma reforma editorial, a última página passou a integrar crônicas, formato que permanece até hoje.

Em um movimento de reviver a história desse gênero no *JC*, me deparei com produções representativas não somente de seus autores, mas também do próprio *Jornal*. Fica a impressão, ao ler as crônicas, que os alunos responsáveis por esse projeto demandavam há muito tempo uma estrutura como essa. A via de elaboração das reportagens não era o suficiente para tratar de tópicos relevantes que atingiam suas vidas pessoais. Esse novo espaço, portanto, se mostrou fundamental desde o início.

É muito sintomático o primeiro texto do gênero publicado (*JC* 436) ser uma confissão jornalística de como lidar e responder às crises. No momento em que ele foi escrito, como diz a autora, o mundo se encontrava em caos: “crise hídrica, escândalos políticos, instabilidade econômica, ebola”. Apesar disso, a crônica permite que um tom empático prepondere. Por meio de uma narração otimista, a autora insiste que não devemos nos entregar. O leitor que enfrenta a crise deve ser propositivo e, somente assim, iremos superar e extrair algo benéfico dessa situação.

Mas, para além de temas que promovem reflexões, muitos textos narram apenas banalidades do

cotidiano. A edição 444, por exemplo, contém um divertido desabafo de um cético ferrenho convivendo com um mundo esotérico, muitas vezes, apreciado na Universidade. Já no *JC* 454, a temática da crônica é quase existencial. O autor, ao esperar uma entrevista que nunca aconteceria por estar no local um dia antes da data combinada, discute sobre a liberdade e a democracia.

As crônicas são muitas vezes recortes de nossa vida, o que permite ao leitor entender diferentes realidades. Os relatos mais intrigantes, às vezes, tratam de assuntos completamente diversos. Desde a narrativa de uma autora que, por pressa, escorrega e cai de cara na lama em frente ao bandeirão (*JC* 495). Até a história de descontentamento da irmã ao receber um buquê de flores plastificadas de dia dos namorados (*JC* 506).

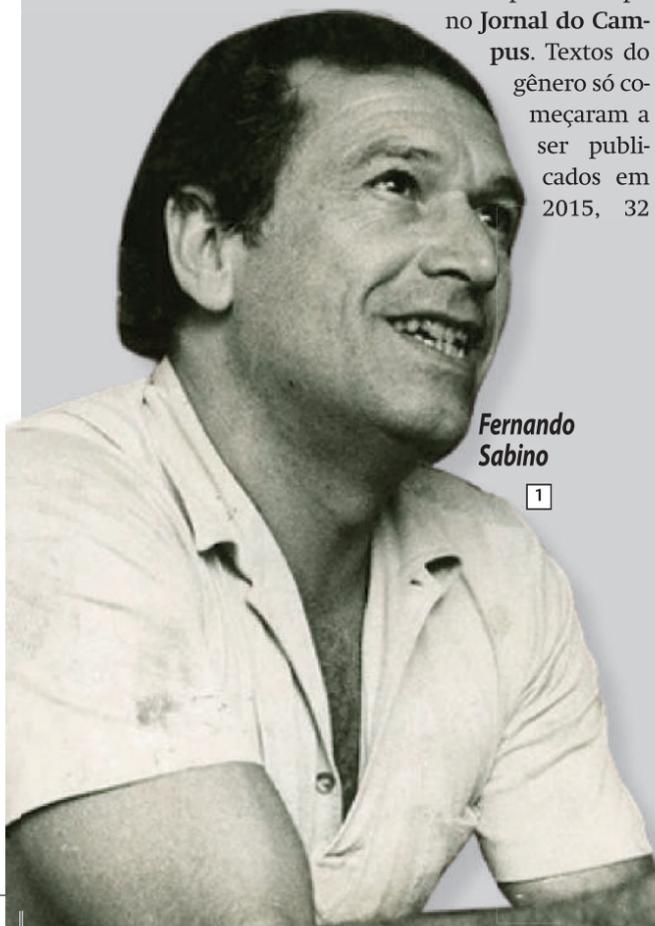
É possível entender um pouco desse gênero simples, mas também tão penetrante no texto do *JC* 490. Ele inicia assim: “Um professor meu disse que é incabível tentar escrever uma crônica se você nunca leu uma de Rubem Braga, Machado de Assis e Luis Fernando Veríssimo.” O autor diz que ouviu essa frase logo depois de se candidatar ao ofício de cronista da edição. Então, completa: “E você acha que eu já li algum deles? Pois é.” Percebendo que não tinha mais volta, ele começa a refletir sobre a sua capacidade de produzir um texto do gênero e a exigência excessiva por parte da Universidade. No meio de toda essa divagação, o cronista se vê no fim da página. Ao contrário do que seu professor havia dito, ele percebeu que não era fundamental ter referências de grandes escritores.

A crônica não convence por sua complexidade. Ela te toca através da descrição de dois idosos alheios ao nosso mundo apressado (*JC* 480). Esse gênero não conquista por sua erudição. Ele nos encanta por meio de um relato íntimo sobre uma mãe e sua relação com a educação (*JC* 464). Antonio Candido diz, em um de seus estudos, que

a crônica “na sua despretenção humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado”. E é exatamente essa modéstia que nos permite enxergar a beleza no cachorro Chico do IB (*JC* 536) ou no jantar de natal do CRUSP (*JC* 538).

Se eu tivesse espaço, ficaria enaltecendo muitas outras crônicas publicadas. Os exemplos não acabam. Como o texto do *JC* 458: uma reflexão angustiante sobre o caso de estupro de uma mulher por mais de trinta homens. Ou a produção do *JC* 533, que escancara as habitações precárias oferecidas ao redor da Universidade. Assim como a crônica lírica encantadora da edição 497. Mas, infelizmente, tenho que concluir esse texto.

Os grandes jornais, cada vez mais, estão priorizando colunas e artigos de opinião em vez de crônicas. Esses textos são essenciais para a democracia, porém atuam de maneira diferente sobre os leitores. Colunas e artigos informam, evidenciam pontos de vista e contextualizam nossa realidade. A crônica, por outro lado, nos desvirtualiza do dia a dia, o que permite repararmos nas coisas que geralmente passam despercebidas. E, nessa ruptura do olhar, de certo modo, conseguimos nos reencontrar e recuperar nossa individualidade. Em um mundo no qual rotinas monótonas e passivas preponderam, a crônica se tornou um artifício elucidativo essencial para nós. Portanto, esse gênero literário-jornalístico é indispensável não apenas para o *Jornal do Campus*, mas para a nossa sociedade. Exaltemos, então, esse espaço. Vida longa às crônicas!



Fernando Sabino

1



Rubem Braga

Clarice Lispector

3